

# POVO LIVRE

**HÁ 49 ANOS  
A SERVIR  
PORTUGAL**



11 PSD

## 3.º ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS NO DIA 20 DE MAIO

O ex-Presidente da República Cavaco Silva vai encerrar o Encontro Nacional dos Autarcas Social-Democratas (ASD), marcado para 20 de maio em Lisboa, subordinado ao tema "Autarquias. Que futuro?"

15 LOCAIS

## GOVERNO ESTÁ "DE COSTAS VIRADAS" PARA BRAGA

Para o Presidente da Distrital de Braga do PSD, Paulo Cunha, a iniciativa "Governo + Próximo", que decorreu nos dias 3 e 4 de maio, em Braga, foi mais uma ação de cariz eleitoral

22 REGIONAIS

## POPULAÇÃO ATIVA NOS AÇORES ATINGE "VALOR HISTÓRICO" DESDE 2019

O Governo dos Açores revelou que a população ativa no arquipélago era de 123.700 pessoas no 4.º trimestre de 2022, correspondendo a um aumento de 2,6% em relação ao período homólogo de 2021



# A Vitória da Europa

**Como um fuso horário e a celebração de uma data poderão significar a vontade de um povo quanto ao seu futuro**

**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre



Dia da Vitória ou Dia da Europa?

A geopolítica proporciona fenómenos como o da dicotomia que se constata na Europa em torno da data de 9 de maio.

Para o bloco ocidental, esta data é assinalada como o Dia da Europa, com o objetivo de festejar a paz e unidade do nosso continente, fazendo coincidir a data com a histórica “Declaração Schuman” de 1950, onde propunha a criação da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), a instituição supranacional que está na origem do que é hoje a União Europeia.

No bloco de leste, na área correspondente à Rússia e aos países sob sua influência, esta data é o Dia da Vitória, uma efeméride que entrou no calendário a partir de 1967 aludindo à capitulação do regime nazi ocorrida a 8 de maio de 1945, mas que, à luz do fuso horário russo, aconteceu no dia seguinte.

Nas circunstâncias geopolíticas atuais, este diferendo concetual em relação à data ganha maior relevância quando testemunhamos a vontade da Ucrânia em adotar o calendário ocidental das efemérides: no dia 8, assinalar a queda do regime nazi; no dia 9, celebrar a Europa como espaço de paz, unidade, democracia, liberdade e prosperidade.

Este alinhamento dos ucranianos com o calendário ocidental tem um simbolismo importante, pois aprofunda e consolida a perceção quanto à iden-

tificação daquele país e daquele povo crescente com o quadro de valores que sustenta a construção do espaço europeu.

É, também, uma afirmação de vontade de ter, nestas datas, mais uma razão para a afirmação da sua vontade inequívoca de alcançarem a vitória perante o agressor e invasor que, ao arrepio das mais elementares leis internacionais e sem quaisquer razões objetivas sustentáveis, é responsável pelo conflito que se vive naquela parte do nosso continente. E quando esse momento chegar, não haja dúvidas que assistiremos à Vitória da Europa.

A propósito de efemérides, destaco a data que é tão especial para nós e para muitos portugueses: 6 de maio de 1974, o dia de nascimento do nosso partido. No passado sábado, em Coimbra, testemunhámos um momento de celebração do nosso passado, mas, sobretudo, de antecipação do futuro de um partido que está unido e mobilizado para proporcionar a Portugal um caminho de crescimento, equidade, justiça social e, não menos importante, de credibilidade e confiança.

Como afirmou Luís Montenegro, o PSD está pronto a assumir a responsabilidade a dar a Portugal um futuro de confiança, esperança e prosperidade. Parabéns, PSD, pelos 49 anos de um percurso dedicado à vida dos portugueses. Venham mais, a bem de Portugal



LUÍS MONTENEGRO NO 49.º ANIVERSÁRIO DO PSD

# ESTAMOS AQUI PARA GOVERNAR PORTUGAL

**Ao interferir nas decisões da Assembleia da República, o Governo está a violar a Constituição**

No dia 6 de maio de 1974, 11 dias depois do 25 de Abril, Francisco Sá Carneiro comunicou aos portugueses, através da RTP, a formação do Partido Popular Democrático (PPD). A partir deste momento, o PPD – a sigla PSD é apenas aprovada nos III e IV Congressos Nacionais em Leiria – marcou presença na vida democrática nacional, antecipou tendências e liderou mudanças. É incontornável o papel determinante do PSD na História de Portugal nos últimos 50 anos.

As bases das Linhas Programáticas foram elaboradas durante a madrugada de 4 de maio de 1974, em casa de Francisco Pinto Balsemão, numa maratona de trabalho. As bases foram posteriormente remetidas para diversas personalidades que tinham manifestado a sua adesão aos ideais sociais-democratas.

No dia 7 de maio desse ano, Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Joaquim Magalhães Mota e Miller Guerra apresentaram pessoalmente o projeto de criação do PPD ao presidente da Junta de Salvação Nacional, António de Spínola.







Quarenta e nove anos depois, no passado sábado, 6 de maio de 2023, a sala D. Afonso Henriques, no Convento São Francisco, em Coimbra, encheu-se com meio milhar de militantes e simpatizantes, para celebrar a fundação do Partido.

As comemorações começaram com um momento cultural de boas-vindas do PSD à cidade de Coimbra, seguiu-se a exibição de um vídeo com histórias do PSD, de um depoimento de Francisco Pinto Balsemão, o único fundador vivo, de uma peça musical com os hinos das campanhas eleitorais e do vídeo "Acreditar em Portugal".

Num discurso de mais de 30 minutos, Luís Montenegro falou sobre o passado do PSD e fez o retrato político, económico e social do país. Começou por assegurar que o "PSD não vai falhar", "nem desistir de Portugal", porque "para falhar e desistir

já basta o dr. António Costa e o Partido Socialista".

"Nós estamos aqui para governar Portugal, nós estamos aqui, mesmo, para enfrentar todas as adversidades", afirmou.

Luís Montenegro sublinhou que o PSD "está à altura" da sua "história" e do legado dos fundadores e anteriores líderes.

O Presidente do PSD reafirmou que pretende ser um "motor da mudança e da transformação em Portugal", perante uma "Europa que enfrenta uma guerra", "num mundo polarizado", que vive "grandes incertezas" e "ameaças".

"O que se pede é que nós sejamos um partido moderno, alegre, popular, motivado, com programa, com equipa, um partido que vai fazer aquilo que nós fizemos quando os nossos fundadores criaram este

movimento", referiu.

Luís Montenegro acredita na "capacidade" dos portugueses e de uma sociedade que sabe "fazer tão bem ou melhor que os outros". "Pode a propaganda dos nossos adversários querer manobras de diversão, de distração, mas não nos vão afastar do que queremos para o país. Muito menos nos vão intimidar de executar e concretizar o nosso projeto. (...) Desde o último Congresso que estivemos sempre à frente do Governo. Quando dizem que nós não estamos preparados é porque, na realidade, não querem admitir que estamos mais bem preparados do que este Governo e estes governantes", criticou.

O Presidente do PSD acusou ainda o Governo de estar "a cobrar" cada vez mais impostos se de preocupar apenas em "melhorar a sua condição", "à custa do sofrimento das fa-

mílias e das empresas".

Elencando as principais propostas que o PSD apresentou em matéria social, fiscal, na saúde, na educação, na habitação e nas pensões, Luís Montenegro lamentou "as meias-verdades ou as meias mentiras" dos socialistas, que acabam mais tarde por "decalcar" as propostas do PSD.

"Já aconteceu tantas vezes nós apresentarmos as ideias, as propostas e as orientações, primeiro, e sobretudo, com mais consistência e com mais competência, por que é que há tantas pessoas a insistirem na ideia de que nós não estamos preparados, quando nós já demonstrámos de que estamos mais preparados do que o PS e este Primeiro-Ministro. É só uma a razão: é medo", disse.





”

**O que se pede é que nós sejamos um partido moderno, alegre, popular**

Luís Montenegro







## Francisco Pinto Balsemão: “Não queremos nada com a extrema-direita”

Francisco Pinto Balsemão defende que o PSD não deve querer “nada” com a extrema-direita nem com o PS.

“Não queremos nada com a extrema-direita – lembrem-se daquela canção brasileira: Chega prà lá? –, mas também nada queremos com este PS. Queremos ser nós próprios. Um partido social-democrata de centro-esquerda, como sempre disse, e defendeu (e atacou, quando necessário) Francisco Sá Carneiro”, frisou.

Num vídeo exibido no início da sessão comemorativa do 49.º aniversário do PSD, apontou que há “muito trabalho para fazer na Assembleia da República, não apenas no desmascarar dos irritantes casos e casinhos, mas também na apresentação de propostas de lei sobre temas essenciais, como a cada vez mais

urgente reforma do poder judicial ou as mudanças indispensáveis na lei eleitoral”.

Neste contexto, o fundador e militante n.º 1 do PSD colocou como missão a vitória nas próximas eleições europeias e legislativas. “Temos de acompanhar – ou combater, como quiserem – a fase final do mandato do atual Presidente da República, temos de saber escolher e apoiar o próximo Presidente da República”, acrescentou.

Antes, Francisco Pinto Balsemão considerou que “o desgoverno atinge todas as áreas” em Portugal. “São os casos e casinhos que se acumulam e emaranham. É a lentidão paralisante na tomada de decisões, agravada pelas demoras inaceitáveis na regulamentação de qualquer lei. É a arrogância de ministras, ministros e respetivos se-







## Não nos vão afastar do que queremos para o país

Luís Montenegro

cretárias e secretários de Estado na maneira como respondem – ou melhor, não respondem – a perguntas e solicitações que lhes são apresentadas pelas pequenas, médias ou grandes empresas, pelas associações e outras instituições da sociedade civil”, elencou.

Assiste-se, na sua opinião, a “inoperâncias para todos os gostos, desde o não aproveitamento dos fundos europeus à não regulamentação específica do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)”.

Depois, salientou valores programáticos do PSD como a solidariedade e o combate às desigualdades, traçando a partir daí uma linha de demarcação em relação a outras forças políticas.

“É isto que nos separa de um socialismo retrógrado, estatizante, inimigo da sociedade civil e de tudo o que esta pode e deve contribuir para o bem de Portugal”, assinalou.





PROFESSORES

# DIPLOMA DO GOVERNO É INSUFICIENTE

Luís Montenegro critica a “euforia” e o “otimismo” do Primeiro-Ministro, em relação ao diploma do Governo recém-promulgado pelo Presidente da República, sobre o novo regime de recrutamento e colocação de professores, na medida em que o decreto-lei em causa é “insuficiente” e não responde aos problemas de fundo que afetam o pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

“Parece que há aqui uma grande diferença entre a euforia/otimismo do Primeiro-Ministro, cujas declarações foram que a partir de agora os professores podiam ficar descansados, que tinham a sua estabilização em termos de colocação garantida, com aquilo que, efetivamente, os docentes entendem que é o resultado desta legislação: é que não produz esse efeito. Produz um efeito muito temporário, ainda por cima não tinha necessidade de ser apressado, porque ainda não vai ser aplicado ao próximo ano letivo”, afirmou.







## Há muitos professores que não auferem um rendimento mensal suficiente para pagar as despesas básicas

Luís Montenegro



No 1.º dia do “Sentir Portugal em Leiria”, na terça-feira, 9 de maio, o líder do PSD sublinha que “continua a assistir-se a uma incapacidade total do Governo em dialogar com os professores, para que se possa consensualizar uma solução relativamente à recuperação do tempo perdido em termos de progressão na carreira”.

Luís Montenegro diz que respeita a decisão do Presidente da República, mas entende que “a legislação é insuficiente e, portanto, desse ponto de vista o que era necessário era ter uma legislação diferente”, “só que o Presidente não pode legislar em nome do Governo e em nome da maioria”.

O Presidente do PSD defende que é fundamental “um instrumento legislativo” que resolva “o grande drama que é hoje ser professor em Portugal”. “Há muitos professores que não auferem um rendimento mensal suficiente para pagar as despesas básicas de alimentação, de alojamento e de transporte, ou seja, têm prejuízo mensal para poderem ser professores”, apontou.

“Sentir Portugal em Leiria” irá percorrer os 16 concelhos do distrito: Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós.





CRISE POLÍTICA

# PSD REVÊ-SE NO DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**O Secretário-geral do PSD afirmou que o atual Governo se fragilizou na sua autoridade e credibilidade.**

Em declarações à imprensa, dia 5, após a mensagem do Presidente da República, Hugo Soares afirmou que o PSD se revê nas palavras do Presidente da República, considerando também que é necessário um reforço da vigilância ao Executivo de António Costa.

Para Hugo Soares, “um governo que não assume responsabilidade perde a sua confiabilidade”. Assim, os portugueses têm de saber que se o calendário eleitoral vier a ser antecipado e se não houver estabilidade política, este cenário deve-se única e exclusivamente ao Primeiro-Ministro e ao seu Governo.





# 3.º ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS NO DIA 20 DE MAIO

**O ex-Presidente da República Aníbal Cavaco Silva vai encerrar o Encontro Nacional dos Autarcas Social-Democratas (ASD), marcado para 20 de maio em Lisboa.**

A abertura do 3.º encontro dos ASD, com o tema “Autarquias. Que futuro?”, vai estar a cargo do Presidente do PSD, Luís Montenegro, e de Hélder Sousa Silva, Presidente desta estrutura autónoma do PSD.

O Presidente dos ASD espera mesmo “um encerramento com chave de ouro”, face “às intervenções mais recentes” do ex-Presidente da República em matérias nacionais.

Em março, numa conferência organizada pela Câmara Municipal de Lisboa que assinalou os 30 anos do Programa Especial de Realojamento (PER), Cavaco Silva fez uma intervenção muito crítica sobre habitação, considerando que a crise neste setor “é resultado do falhanço da política do Governo”, manifestando “muitas dúvidas” quanto ao su-

cesso do pacote do executivo.

A primeira sessão temática será dedicada à “Coesão territorial, Descentralização e Lei de Finanças Locais”, moderado pelo ex-autarca e antigo dirigente do PSD, Manuel Castro Almeida, com a participação de Ricardo Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, e do líder parlamentar social-democrata, Joaquim Miranda Sarmento.

“São temas que afetam diretamente os autarcas (...) A descentralização tem vindo a ser feita aos bochechos, titubeantemente, e muitas das áreas delegadas não têm acontecido ou não vêm acompanhadas do respetivo pacote financeiro”, justificou Hélder Sousa Silva, dando como exemplo a área da educação.

A segunda sessão terá por tema “Habitação - O papel das Autarquias e o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)”, na qual intervirão o presidente da Câmara Municipal de Lisboa e antigo comissário europeu, Carlos Moedas, o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, num testemunho por vídeo, Isaltino Morais, antigo ministro do PSD e atual presidente da Câmara Municipal de Oeiras independente, Fermelinda Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Portalegre (PSD), e do vice-Presidente do PSD, António Leitão Amaro, antigo secretário de Estado da Administração Local, e que coordenou as propostas dos sociais-democratas na área da habitação.



# “DEGRADAÇÃO SIGNIFICATIVA DOS CUIDADOS DE SAÚDE” NO SNS

**O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD considera que tem existido uma “degradação significativa dos cuidados de saúde” públicos e defendeu que é necessário assegurar a estabilidade, sustentabilidade e eficiência do Serviço Nacional de Saúde (SNS).**

“Nós temos assistido a uma degradação significativa dos cuidados de saúde, quer a nível hospitalar, quer a nível dos centros de saúde. Temos de mais de um milhão de meio de portugueses sem médico de família, temos urgências que fecham e urgências obstétricas que fecham e obrigam as grávidas a fazer longas viagens para poder ter a sua criança, temos uma falta gritante de profissionais nas diferentes áreas - médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, auxiliares, administrativos”, afirmou.

Joaquim Miranda Sarmento falava na abertura de uma conferência parlamentar organizada pelo PSD, dia 4, com o tema “O êxodo dos profissionais de saúde do SNS” e sublinhou que a “situação atual do SNS é algo que deve preocupar a todos enquanto país”.

O líder parlamentar assinalou que “o SNS é a construção mais importante que o país fez nos últimos 50 anos, é o instrumento mais poderoso das

políticas públicas para corrigir desigualdades” e alertou que, “sem o SNS, boa parte dos portugueses não tem acesso aos cuidados de saúde por insuficiência económica”.

“E por isso é preciso não só preservar a estabilidade e a sustentabilidade do SNS, garantir a sua eficiência e garantir que todos os portugueses quando precisam de cuidados de saúde têm acesso a esses cuidados de saúde, não só em termos de qualidade, mas também em termos rapidez, por forma a que, dentro daquilo que é possível na medicina, sejam tratados e curados”, defendeu o deputado.

Apontando que o SNS “passa pelo seu momento mais difícil”, Joaquim Miranda Sarmento traçou o diagnóstico: “o que resulta do facto de nos últimos sete, oito anos ter havido uma total ausência, quer de reformas e de medidas que permitam melhorar a eficiência do SNS, quer de investimento no próprio serviço”.





“A pandemia acelerou o processo de degradação, trouxe desafios muito significativos, mas hoje é claro para todos os portugueses que o SNS não é capaz de dar a resposta que muitos portugueses precisam quando têm necessidade de cuidados de saúde”, apontou.

Joaquim Miranda Sarmento considerou que “isso passa também pelo facto de que muitos profissionais de saúde não consideram neste momento que a carreira no SNS seja aliciante, por diversas razões”.

“Não apenas por questões financeiras, mas também por questões de evolução na carreira, perspectivas de trabalho, de investigação, como compatibilizar o tempo de trabalho com o tempo de lazer e de família”, elencou o social-democrata.

O líder parlamentar do PSD disse que é “exigido cada vez mais tempo, dedicação” aos profissionais de saúde, “mas sem que haja por parte das instituições públicas a necessária contrapartida”.

A conferência parlamentar “O êxodo dos profissionais de saúde do SNS”, organizada pelo PSD, em Lisboa, contou com intervenções de representantes das ordens dos médicos, enfermeiros, farmacêuticos e psicólogos, além de vários sindicatos e também testemunhos de profissionais que deixaram o SNS.



# PSD REQUER AUDIÇÃO PARLAMENTAR URGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DO METROPOLITANO DE LISBOA



**O PSD quer a audição urgente da administração do Metropolitano de Lisboa, em sede de comissão parlamentar de Economia e Obras Públicas, face às perturbações que estão a ocorrer e que têm prejudicado milhares de utentes.**

Este requerimento, de dia 7 de maio, tem como primeiro subscritor o deputado Paulo Rios de Oliveira, sendo também assinado pelo líder parlamentar social-democrata, Joaquim Miranda Sarmiento.

Na exposição de motivos desta iniciativa política do Grupo Parlamentar do PSD, salienta-se que as obras do metro “estão a provocar perturbações no serviço prestado na zona norte da Área Metropolitana de Lisboa”.

O PSD considera que a suspensão da circulação em alguns troços da rede está a prejudicar “milhares de utentes, deixando vários territórios

sem acesso ao metropolitano, circunstância que permanecerá, pelo menos, durante dois meses”.

“As obras provocam sempre incómodos. No entanto, importa que estes sejam minimizados através da criação de alternativas adequadas e de informação suficiente aos utentes”, assinala-se.

Porém, de acordo com a bancada do PSD, “conforme tem sido público, os problemas no acesso ao metropolitano, em consequência das obras em curso, têm causado graves transtornos, quer por insuficiência e desadequação de alternativas, quer por falta de informação aos utentes”.

“Perante os danos sofridos por milhares de cidadãos, importa assegurar que as respostas são as adequadas para minimizar estes incómodos, o que, manifestamente, não sucedeu até agora”, acrescenta-se na exposição de motivos do requerimento.

O requerimento é também assinado pelos deputados do PSD António Proa, Márcia Passos, Jorge Salgueiro Mendes, Afonso Oliveira (presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas), Alexandre Poço (líder da JSD), António Topa Gomes, Carlos Eduardo Reis, Hugo Carneiro, Hugo Martins Carvalho e Jorge Paulo Oliveira.

Assinam ainda o requerimento os deputados sociais-democratas Luís Gomes, Nuno Carvalho, Patrícia Dantas, Paulo Moniz, Rui Cristina, Alexandre Simões, Pedro Roque, Duarte Pacheco, Isabel Meireles, Joana Barata Lopes, José Silvano, Lina Lopes, Maria Emília Apolinário, Ricardo Batista Leite e Tiago Moreira de Sá.



# GOVERNO ESTÁ “DE COSTAS VIRADAS” PARA BRAGA

**O PSD de Braga acusou o Governo de estar “de costas viradas para o distrito”, considerando que, apesar dos dois dias que todos os ministros ali passaram, “não anunciou nenhum investimento relevante” para a região minhota.**

Em comunicado, o vice-Presidente da nacional do PSD e Presidente da Distrital de Braga, Paulo Cunha, referiu que a iniciativa “Governo + Próximo”, que decorreu nos dias 3 e 4 de maio em Braga e que culminou com um Conselho de Ministros, foi “mais de campanha eleitoral do que governativa”.

“Afinal, o ‘Governo + Próximo’ tornou-se, como infelizmente era expectável, rapidamente num Governo cada vez mais afastado dos cidadãos”, lamentou Paulo Cunha.

No dia 2, Paulo Cunha tinha elencado uma série de necessidades de urgente satisfação para a população do distrito de Braga, aproveitando o novo quadro comunitário e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

“Percebo que António Costa tinha de fugir de Lisboa para tentar fazer esquecer a crise que paira sobre o seu Governo. Mas falhou. O distrito de Braga não serve de abrigo aos que procuram um refúgio para as infantilidades a que temos assistido e António Costa só veio a Braga para maquilhar que tudo está bem em São Bento”, referiu.

Sublinhando que “toda aquela caravana governativa “ficou, cara ao erário público”, Paulo Cunha acrescentou que os dois dias de Governo em Braga se resumiram a “almoços, inaugurações, passeios, visitas a exposições e palestras individualizadas”.

“O que anunciou António Costa para o distrito de Braga sobre uma série de investimentos e de obras necessárias, em áreas como a saúde, o ambiente, a educação, a segurança, a cultura, a área social, a descentralização e as acessibilidades? Nada”, refere.

Paulo Cunha fala, desde logo, no caso do Hospital de Braga, que o ministro da Saúde visitou “sem, contudo, justificar que, devido à falta de condições a todos os níveis, esta unidade de saúde foi obrigada a pagar recentemente mais de 14 milhões de euros aos privados e à Santa Casa da Misericórdia” para a realização de cirurgias.

Aponta ainda o facto de o Governo não ter levado novidades sobre o novo Hospital de Barcelos ou as intervenções nas unidades hospitalares de Guimarães, Famalicão ou Fafe, “há muito reclamadas”.

Nos acessos, Paulo Cunha diz que “nada foi referido quanto à urgente e necessária intervenção nos concelhos de Vizela e Celorico de Basto, por exemplo, que reivindicam, há muito, ligações à A11 e A7, respetivamente, para além da variante do Cávado e a EN101.

“Recordo que o Governo tem feito orelhas moucas às justíssimas reivindicações dos autarcas e dos cidadãos pela conclusão das circulares urbanas de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos e ainda pelos seis quilómetros que faltam para concluir a variante do Tâmega que serve Celorico e Cabeceiras de Basto”, alerta Paulo Cunha.

Para o dirigente social-democrata, António Costa “aproveitou-se de Braga, para se refugiar e aos seus governantes da crise Galamba, de Lisboa, já que o PRR foi uma desculpa para esta deslocação ao Minho, uma vez que nada disse à população do distrito de Braga sobre investimentos, que tanto aspiram, na área da Educação, Ambiente, Cultura, Segurança, Ação Social ou mesmo sobre a Descentralização”.



# PENACOVA VAI DINAMIZAR ESPETÁCULOS EM OITO ALDEIAS DO CONCELHO

**A Câmara de Penacova organiza este ano a segunda edição do “Aldeia em Festa”, desta feita dinamizando também mercadinhos com produtores locais em oito aldeias do concelho, entre maio e setembro.**

A segunda edição do “Aldeia em Festa” vai contar, tal como em 2022, com espetáculos musicais de grupos de Penacova, juntando agora também um mercadinho para promover produtos e artesanato locais, anunciou o município do distrito de Coimbra, em conferência de imprensa, no dia 3.

“Decidimos juntar aos espetáculos os mercadinhos informais, em que os produtores poderão comercializar o que produzem, desde hortícolas, bolos, mel, vinhos, artesanato ou pão”, disse o presidente da Câmara de Penacova, Álvaro Coimbra (PSD), realçando a importância de dar espaço àqueles que “ainda praticam a agricultura de subsistência”.

A iniciativa arrancou em 7 de maio em Gondelim e vai passar por outras sete aldeias do concelho,

marcando presença em todas as freguesias de Penacova, terminando na aldeia de Carvalho, a 17 de setembro, não repetindo nenhuma das localidades por onde o certame passou em 2022.

Para além dos mercadinhos, haverá espetáculos protagonizados por ranchos e grupos de música popular do concelho, com a particularidade de serem sempre atuações de conjuntos de outras localidades.

“O balanço de 2022 foi extremamente positivo, em que tivemos uma adesão muito grande das pessoas destas localidades a um espetáculo diferente, feito com a prata da casa, em que os grupos e artistas foram sempre atuar ao extremo oposto da sua freguesia”, venceu Álvaro Coimbra.

Segundo o autarca, esta é também uma forma de procurar “descentralizar a oferta cultural”, num evento feito apenas “com a prata da casa e com um orçamento muito baixo”.

Os mercadinhos terão uma capacidade máxima de 20 expositores e o acesso será gratuito.

A iniciativa apenas não decorre no mês de agosto, altura em que muitas das aldeias do concelho dinamizam as suas festas.

Álvaro Coimbra admitiu que a proposta dos mercadinhos poderá levar a autarquia, no futuro, a pensar “numa oferta de um mercado mais regular, durante todo o ano”, dedicado aos produtores do concelho.





# ORÇAMENTO DE CASTELO BRANCO É PREOCUPANTE

**O PSD de Castelo Branco afirma que os dados da execução do orçamento de 2022 do município albacastrense “são preocupantes”, ficando-se pelos 50%, com a agravante de 70% do valor gasto se destinar a despesas correntes.**

“O executivo [municipal] socialista iludiu os albacastrenses com um orçamento irrealista de mais de 80 milhões de euros e revelou total incapacidade de executar os projetos que apresentou, ou seja, de investir no desenvolvimento do concelho”, refere, em comunicado, a Comissão Política de Secção do PSD de Castelo Branco.

No ano passado, a execução orçamental foi de 50%. Ou seja, a Câmara Municipal gastou apenas metade do dinheiro que tinha previsto. Agrava a situação o facto de 70% do valor gasto se destinar a despesas correntes, sobretudo despesas com

pessoal, e somente 30% a despesas de capital, isto é, investimento direto no concelho.

Os sociais-democratas sustentam que em 2022, a Câmara Municipal de Castelo Branco gastou apenas metade do dinheiro que tinha previsto.

De acordo com o mesmo comunicado, agrava a situação a circunstância de 70% do valor gasto se ter destinado a despesas correntes, sobretudo despesas com pessoal, e apenas 30% a despesas de capital, isto é, a investimento direto no concelho.

“Como pode o Presidente da Câmara regozijar-se com o lucro de mais de 1 milhão de euros obtido em 2022, quando isso revela não boa gestão, mas ausência de investimento?”, questionam os sociais-democratas.

Para o PSD de Castelo Branco num ano de “grandes dificuldades”, em que seria expectável e compreensível que a Câmara Municipal dependesse mais dinheiro para apoios sociais, “a verdade é que optou por continuar a acumular fortuna nos depósitos a prazo”.





# CÂMARA DE SEVER QUER JUÍZO DE COMPETÊNCIA GENÉRICA

**O Presidente da Câmara de Sever do Vouga defende a conversão do juízo de proximidade existente naquele concelho do distrito de Aveiro num juízo de competência genérica para evitar deslocações da população para fora do município.**



“Acredito que Sever do Vouga merece ter um juízo de competência genérica, até porque as instalações existem e urge uma ponderação de todos os recursos, de modo a salvar a boa gestão pública, mas também não esquecer que este território é povoado por pessoas, que aqui habitam e que aqui merecem ter as suas respostas”, declarou o autarca social-democrata Pedro Lobo. Para o autarca, a resposta dada pelo juízo de proximidade “não se

adequa” às necessidades dos severenses, tendo em conta o elevado número de processos gerados no concelho.

“De acordo com as informações recolhidas, mais de um terço dos processos judiciais que seguem trâmites no Juízo de Albergaria-a-Velha têm origem em Sever do Vouga, sendo certo que o número de diligências realizadas em Sever do Vouga é muito diminuto”, assinou o autarca.

Pedro Lobo diz que esta situação obriga a população a deslocar-se para Albergaria-a-Velha e/ou para Aveiro, o que implica que um cidadão “possa ter de perder muito tempo e suportar custos de táxis para tal deslocação”, uma vez que o concelho não se encontra dotado de uma rede de transportes interna e externa, que permita a facilidade de circulação e deslocação da população.

Neste âmbito, Pedro Lobo aproveitou

a recente passagem do secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Jorge Alves Costa, pelo concelho para o sensibilizar para a criação de um juízo de competência genérica em Sever do Vouga.

O autarca diz ter ficado “muito motivado” com a compreensão do governante às preocupações apresentadas e espera que, no reajustamento do mapa judiciário em curso, se possa dar esta oportunidade ao concelho de Sever do Vouga.

O Tribunal de Sever do Vouga foi transformado em secção de proximidade em 2014, no âmbito da reforma do mapa judiciário, sendo atualmente o único juízo de proximidade na Comarca de Aveiro.

Segundo o relatório anual da Comarca, em 2022 foram realizados neste juízo de proximidade 14 julgamentos na jurisdição criminal, envolvendo 122 intervenientes, e quatro julgamentos na jurisdição cível, com 54 intervenientes.

Houve ainda uma redução muito ligeira do número de atendimentos de 2021 para 2022 (telefónico e presencial, que passaram, respetivamente, de 166 para 158 e de 254 para 249), bem como uma redução considerável do número de videoconferências (de 192 para 127).

No documento, o juiz presidente da Comarca refere que é desejável incrementar o recurso a esta solução, uma vez que as instalações de Sever do Vouga são adequadas e consegue-se uma justiça mais próxima dos cidadãos, evitando-se deslocações dos vários participantes e intervenientes.



# PSD DE SANTA COMBA DÃO SAÚDA REGRESSO DO HELICÓPTERO DA PROTEÇÃO CIVIL

**A Comissão Política do PSD de Santa Comba Dão congratulou-se com “o regresso do helicóptero da Proteção Civil ao Heliporto da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão (AHBVSCD)”.**

A região esteve privada durante meses deste equipamento, devido “à inércia, incompetência e desleixo por parte das entidades que deveriam ter zelado pela sua permanência na base”.

“Entende esta Comissão Política que, mais do que propagandear anúncios, é necessário agir, aguardando com expectativa desenvolvimentos relativamente ao INEM”, referiu, em comunicado, a estruturada liderada por António José Correia.

“Passados quatro longos anos desde a saída deste equipamento de

Santa Comba Dão, com Governo e município socialistas desde 2015, o concelho nada ganhou. Trata-se, no nosso entender, de uma situação inaceitável que prejudica os santacombadenses a todos os níveis e, na saúde, em particular. Torna-se, assim, preciso inverter este estado de coisas sendo que, o PSD de Santa Comba Dão estará sempre disponível para colaborar com as entidades competentes para reverter esta situação e contribuir para o desbloquear da situação do INEM”, assinalou o PSD de Santa Comba Dão.

## PSD agradece trabalho de António Maria Matos, ex-coordenador do grupo parlamentar da coligação “Coragem Para Mudar”

Realizou-se, no dia 29 de abril de 2023, mais uma sessão ordinária de Assembleia Municipal, na qual a Comissão Política de Secção marcou presença.

“Foi com muita emoção e consternação que este órgão tomou conhecimento, nesta sessão, da renúncia ao mandato de António Maria Matos, por questões preventivas de saúde, coordenador, à data, do grupo parlamentar da coligação “Coragem Para Mudar”, declarou a Secção.

O PSD de Santa Comba Dão agradeceu, “publicamente, o trabalho, o empenho e a dedicação do agora ex-coordenador do Grupo Parlamentar ao partido (nos mais variados cargos desempenhados a nível local, regional e nacional) e, sobretudo, na sua entrega à causa pública e à defesa do desenvolvimento do concelho de Santa Comba Dão, tentando sempre criar consensos nos variados temas discutidos ao longo destes quase dois mandatos como líder da oposição na Assembleia Municipal, frisando que os grupos parlamentares que liderou sempre se disponibilizaram para ajudar o Executivo Municipal”.

“A Comissão Política de Secção endereça a António Maria Matos, homem íntegro, consensual, criador de pontes e de uma enorme capacidade de se reinventar, rápidas melhoras e as maiores felicidades na sua vida”, frisou.





# LISBOA ÁREA OESTE ACUSA MINISTRO DA SAÚDE DE MENTIR SOBRE NOVO HOSPITAL

**A distrital do PSD de Lisboa Área Oeste acusou, dia 6, o ministro da Saúde de “mentir” à população quanto à intenção de construção de um novo hospital na região Oeste, ao adiar a decisão de anúncio da sua localização e perfil assistencial.**

“O ministro mentiu aos oestinos e não tem qualquer intenção em construir o novo Centro Hospitalar do Oeste”, referem os sociais-democratas numa nota de imprensa hoje divulgada.

Depois de o Ministério da Saúde não ter divulgado qualquer decisão quanto à localização e perfil assistencial da nova unidade, “falhando os compromissos”, o PSD “acredita que o Governo não tem qualquer intenção de construir o novo hospital.”

A distrital liderada por Duarte Pacheco abrange as concelhias de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, no distrito de Lisboa.

Em novembro, a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Oeste entregou ao ministro da Saúde, Manuel Pizarro, um estudo que encomendou à Universidade Nova de Lisboa para ajudar o Governo na tomada de decisões.

O estudo apontava o Bombarral como a localização ideal do novo hospital.

Em março, as câmaras das Caldas da Rainha e de Óbidos entregaram ao ministro da Saúde um parecer técnico a contestar os critérios utilizados no estudo da OesteCim para definir a localização e a defender medidas de mitigação dos impactos se Caldas da Rainha deixar de ter hospital, assim como a localização do novo hospital na confluência daqueles dois concelhos.

No início de abril, o Ministério da Saúde esclareceu que decidiu adiar as decisões quanto à localização e

ao perfil assistencial do futuro hospital do Oeste até analisar os contributos recebidos, nomeadamente pelas câmaras de Caldas da Rainha e Óbidos, e receber o relatório do grupo de trabalho.

O novo hospital deverá substituir o atual Centro Hospitalar do Oeste, que integra os hospitais das Caldas da Rainha, Torres Vedras e Peniche, tendo uma área de influência constituída pelos concelhos de Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Bombarral, Torres Vedras, Cadaval e Lourinhã e de parte dos concelhos de Alcobça e de Mafra.





# GOVERNO DOS AÇORES VAI CRIAR UM PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Governo dos Açores pretende ter em funcionamento, até ao final deste ano, um Portal da Transparência que reúna toda a informação sobre as composição e remuneração de cargos de nomeação política no arquipélago.



“O trabalho técnico está a ser feito e estamos a adiantar serviço, para aproveitarmos as verbas do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), e aquilo que estimamos é que, até ao final do ano, este portal possa estar em pleno funcionamento”, explicou o secretário regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, durante uma audição na Comissão de Política Geral do parlamento açoriano, em Ponta Delgada, na quinta-feira, 4 de maio.

O processo está a ser articulado com a Comissão Nacional de Prote-

ção de Dados, adiantou governante, que foi ouvido a propósito de duas propostas apresentadas na Assembleia Legislativa dos Açores, uma do Bloco de Esquerda e outra dos três partidos que formam o Governo (PSD, CDS-PP e PPM), que defendem a criação de um portal que reúna todas as nomeações feitas pelo executivo.

Os três partidos que formam o Governo Regional propuseram, por outro lado, a criação de um Portal da Transparência que reúna toda a informação sobre a composição dos gabinetes e sobre as remunerações

dos cargos de confiança política.

A composição dos gabinetes dos membros do Governo e as nomeações para cargos de confiança política são atualmente publicados em Jornal Oficial, embora de forma dispersa, mas a intenção dos proponentes é que o acesso a esta informação seja facilitado de forma imediata, aos cidadãos, nomeadamente, sobre o nome, o cargo e a remuneração do pessoal de confiança e de assessoria técnica e política dos gabinetes dos membros do Governo.



# POPULAÇÃO ATIVA NOS AÇORES, ATINGE “VALOR HISTÓRICO” DESDE 2009

**O Governo dos Açores revelou que a população ativa nos Açores era de 123.700 pessoas no quarto trimestre de 2022, correspondendo a um aumento de 2,6% em relação ao período homólogo de 2021, um “valor histórico” desde 2009.**

José Manuel Bolieiro considerou que esta “é uma vantagem que deve conferir satisfação, eliminando-se o pessimismo, o bota-abaixo, puxando para cima as pessoas e a economia”.

O líder do executivo açoriano, que falava no dia 4, na apresentação do Centro de Qualificação dos Açores, na vila das Capelas, na ilha de São Miguel, adiantou que no quarto trimestre de 2022 a população empregada era de 116.600 pessoas, mais 5,5% relativo ao período homólogo de 2021, “mais um máximo histórico dos registos desde 2009”.

José Manuel Bolieiro considerou ser “penoso para quem é um cidadão orgulhoso da sua terra e do seu povo ver que o índice de abandono escolar precoce nos Açores indigna” e “ainda não foi dado um passo significativo”.

De acordo com o chefe do executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM, o Centro de Qualificação dos Açores surge na perspetiva de “conjugar os jovens que não estão na escola e no mercado de trabalho e procurar soluções para os integrar, garantindo felicidade de realização e sucesso

para a vida com qualificação e rendimento”.

“O trabalho é que dignifica. Não é a subvenção pública, do subsídio, sem nada fazer”, disse Bolieiro, para salvaguardar a “aposta estratégica no combate ao abandono educativo e formativo para ter-se uma população cada vez mais qualificada”.

O líder do Governo Regional referiu que “a opção deste Governo foi retirar uma lógica concorrencial indevida do ensino regular e da formação profissional”, visando “potenciar a capacidade instalada”.

José Manuel Bolieiro especificou que “não é por acaso que o Centro de Qualificação dos Açores está a conjugar a Escola de Formação Profissional das Capelas com a Rede Valorizar, estando-se a conjugar formação profissional para jovens com qualificação dos ativos empregados ou desempregados”.

O Centro de Qualificação dos Açores vai formar em todas as ilhas os adultos, satisfazer as necessidades de formação e aquisição de competências de jovens ativos e dos adultos





desempregados ou empregados. Focarão para as escolas profissionais os cursos profissionais de nível IV,

focando a sua ação na formação de adultos.

## José Manuel Bolieiro apela à “serenidade” em São Jorge e Terceira

José Manuel Bolieiro apelou à “serenidade” e à “confiança” das populações de São Jorge e Terceira, ilhas que estão com uma atividade sísmica acima dos valores de referência.

“Olhamos para estes fenómenos da natureza recorrentes nos Açores, sobretudo no que diz respeito à sismicidade, com uma certa ansiedade, é certo. É sempre inevitável, face à grandeza e monstruosidade da natureza que convive com a beleza da mesma. Mas que haja um apelo à serenidade, à tranquilidade e à confiança. Pela ciência”, disse, na abertura do curso MRMI - ‘Medical Response to Major Incidents’ (Resposta Médica a Incidentes Graves) no Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, na Lagoa.

Segundo a informação disponibilizada pelo Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), a atividade sísmica em São Jorge e no vulcão de Santa Bárbara, na ilha Terceira, “encontra-se acima dos valores normais de referência”, com o nível de alerta científico V2 (possível reativação do sistema – sinais de atividade moderada).

No dia 3, um sismo de magnitude 2,5 na escala de Richter foi sentido na ilha Terceira, no concelho de Angra do Heroísmo.

No sábado, 6 de maio, foi sentido naquela ilha um sismo de magnitude 3,6 na escala de Richter.

Já a ilha de São Jorge, entrou em junho de 2022 em alerta V3 (confir-

mação da reativação do sistema – sinais de atividade elevada), depois de, em março daquele ano, ter sido colocada em alerta V4 (ameaça de erupção).

José Manuel Bolieiro disse estar a “acompanhar o fenómeno” e realçou que o Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) está “preparado” para estar ao “lado das populações”.

“Não se trata, pois, nem de uma intuição, nem de um alarme. Nem de um ignorar da situação. Estamos a acompanhar do ponto de vista científico e estamos preparados, mais uma vez, conforme a intensidade da

necessidade se for revelando, para estarmos ao lado das populações”, destacou.

O líder do executivo açoriano disse querer “garantir a regularidade” do curso MRMI na região para potenciar o “conhecimento” nas áreas da saúde e proteção civil.

O secretário da Saúde e Proteção Civil do Governo da Madeira, Pedro Ramos, frisou a disponibilidade de estabelecer uma relação que “fortifique os sistemas de saúde do atlântico”, entre Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde.



# VASCO CORDEIRO E SÉRGIO EMPRESAS AÇORIANAS PA

**A Comissão Parlamentar de Inquérito à Concessão de Avals a Empresas Privadas da Assembleia Legislativa dos Açores concluiu que os antigos governantes socialistas, Vasco Cordeiro e Sérgio Ávila, prejudicaram 147 empresas açorianas para favorecer a empresa Angrasol, com aval no montante de 5 milhões de euros.**

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito foi hoje aprovado com os votos a favor do PSD, CDS-PP, PPM e CHEGA, e os votos contra do PS e BE.

O deputado do PSD dos Açores Joaquim Machado afirmou durante a reunião que “a concessão de um aval de cinco milhões de euros à empresa Angrasol foi um ato excepcional”.

“Nenhuma empresa açoriana beneficiou desse apoio. Trata-se, por isso, de um favorecimento, que ao mesmo tempo também foi um prejuízo para muitas empresas regionais”, disse.

Para o parlamentar social-democrata, “o governo socialista deixou à sua mercê 147 empresas açorianas que deviam, também elas, ter tido a oportunidade de utilizar um aval financeiro da Região”.

Joaquim Machado citou Arnaldo Machado, à data presidente da Comissão de Seleção do Substema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico e Diretor Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade: “houve desigualdade de tratamento e perda de oportunidades equivalentes para outros empresários que, provavelmente com o mesmo tipo de dificuldades, não tiveram a possibilidade de se servir desse mecanismo”.

O deputado entende que com este aval “perdeu-se o investimento de centena e meia de empresas e perdeu-se a criação de postos de trabalho, numa altura em que os Açores tinham 20 mil desempregados. Ficámos, portanto, todos a perder”.

Da concessão desse aval resulta, até agora, frisou o parlamentar social-democrata, “um prejuízo para a





# SÉRGIO ÁVILA PREJUDICAM PARA FAVORECER ANGRASOL



Região de cerca de meio milhão de euros por incumprimento dos compromissos financeiros da empresa Angrasol”.

“Os contribuintes são, por isso, chamados a pagar mais esta fatura socialista”, frisou.

Segundo Joaquim Machado, “as envolvências do processo assumem também contornos de duvidosa ética e legalidade, uma vez que a concessão do aval de cinco milhões de euros nunca foi publicada em Jornal Oficial”.

“O governo de Carlos César, Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro escondeu dos açorianos este ato de gestão, sabe-se lá porquê, nunca publicando este ato em Jornal Oficial. E escondeu-o também, anos a fio, do Tribunal de Contas, não inscrevendo o aval na Conta da Região, de 2010 a 2020”, prosseguiu o deputado.

Como se não bastasse, acrescentou Joaquim Machado, “em absoluto desrespeito pela lei, Vasco Cordeiro, então secretário regional da Economia, e Sérgio Ávila, vice-presidente do governo socialista, decidiram a concessão do aval através de um despacho conjunto, quando as normas legais, considerando o valor em causa, impunham que fosse por resolução do Conselho do Governo”.

Ou seja, “mais uma violação da lei que determina que a concessão de avales só pode ter lugar para empresas com sede e atividade principal nos Açores, o que não acontecia manifestamente com a Angrasol à data dos factos”, reiterou o parlamentar social-democrata.

A juntar a estes factos, assistiu-se “a uma evidente falta de transparência e duvidosa intencionalidade, sendo paradigmática a emissão, em 2018, de três cartas de conforto a outras tantas cooperativas, sem que estas tivessem tomado conhecimento do benefício até à criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, passados praticamente quatro anos”.

“Em suma, os governos socialistas agiram à margem da lei, sem transparência e violando o princípio da transparência. Politicamente estes atos não prescrevem e justificam uma veemente censura política a Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro, os autores políticos e materiais de tudo isto”, concluiu Joaquim Machado.



# PAULO MONIZ CONSIDERA IMPERATIVO A **INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA DE COSTA**

O deputado à Assembleia da República Paulo Moniz considera “imperativo” que os Açores também disponham de um Sistema de Vigilância de Costa, “um instrumento técnico essencial, particularmente eficaz no combate ao tráfico de droga por via marítima, e que neste momento ainda só não existe na Região”.



“Face às notícias recentes, dizendo que a GNR vai assumir uma maior capacidade de vigilância, comando e controlo junto à costa dos Açores, solicitamos [Grupo Parlamentar do PSD] ao Governo da República o cronograma detalhado de toda a implementação, conclusão e entrada em funcionamento do Sistema de Controlo e Vigilância de Costa na Região Autónoma dos Açores”, avança o social-democrata.

Paulo Moniz recorda que os Açores “são a única região do país que não é abrangida pelo Sistema de Vigilância de Costa”, mesmo se “já foram feitos os estudos prévios das possíveis localizações para a instalação dos radares e dos sistemas óticos que compõem essa capacidade”.

O deputado considera que se trata “de um instrumento técnico essencial e particularmente eficaz no combate ao tráfico de droga que en-

tra nos Açores por via marítima, em praias e zonas costeiras recônditas, e sem presença regular de vigilância das autoridades”.

“Além disso, é também essencial na garantia da proteção ambiental e do combate à pesca ilegal na orla costeira das nossas ilhas”, acrescenta,

Paulo Moniz alerta igualmente para o facto de que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em andamento “termina em 2026, pelo

que temos uma oportunidade única para realizar aquele investimento, que não pode ser desperdiçada”.

“É absolutamente inaceitável que os Açores sejam a única região do país que não tem Sistema de Controlo e Vigilância de Costa. É imperativo e muito urgente que o arquipélago venha a possuir essa capacidade, uma vez somos também a primeira entrada a ocidente do ‘Espaço Schengen’”, conclui.



# PSD DA MADEIRA APROVA COLIGAÇÃO COM CDS-PP PARA AS ELEIÇÕES REGIONAIS

**A comissão política do PSD Madeira aprovou a coligação entre os sociais-democratas e o CDS-PP para as próximas eleições legislativas regionais, que se realizam este ano em setembro ou outubro, anunciou, no dia 3 de maio, o secretário-geral do partido na região, José Prada.**

O dirigente social-democrata defendeu, após a reunião, que a Madeira “goza, atualmente, de estabilidade política no Governo, no parlamento e na maioria das autarquias”, o que “contrasta com os lamentáveis episódios e manobras de diversão” a que se assiste “no Governo socialista da República”.

“É precisamente à luz da manutenção da estabilidade que tem sido a regra na região, e partindo da experiência positiva dos últimos quatro anos, que a comissão política aprovou a coligação PSD/CDS-PP para as eleições legislativas regionais que se vão realizar este ano e respetivo acordo de coligação”, afirmou.

José Prada considerou que ambos os partidos intensificam, através deste acordo, “aquela que é a defesa do interesse superior da região e a luta contra uma esquerda mergulhada numa profunda crise de identidade que já provou nada ter para dar aos madeirenses”.

O PSD venceu as últimas eleições legislativas regionais, em setembro de 2019, mas perdeu a maioria absoluta com que governava a região, acabando por formar um executivo de coligação com o CDS-PP.

O secretário-geral do PSD da Madeira reforçou ainda que a estabilidade política na região “garante melhor capacidade para governar e para, ao mesmo tempo, responder e acautelar os interesses da população, assim como transmitir a confiança que é necessária aos agentes económicos”.

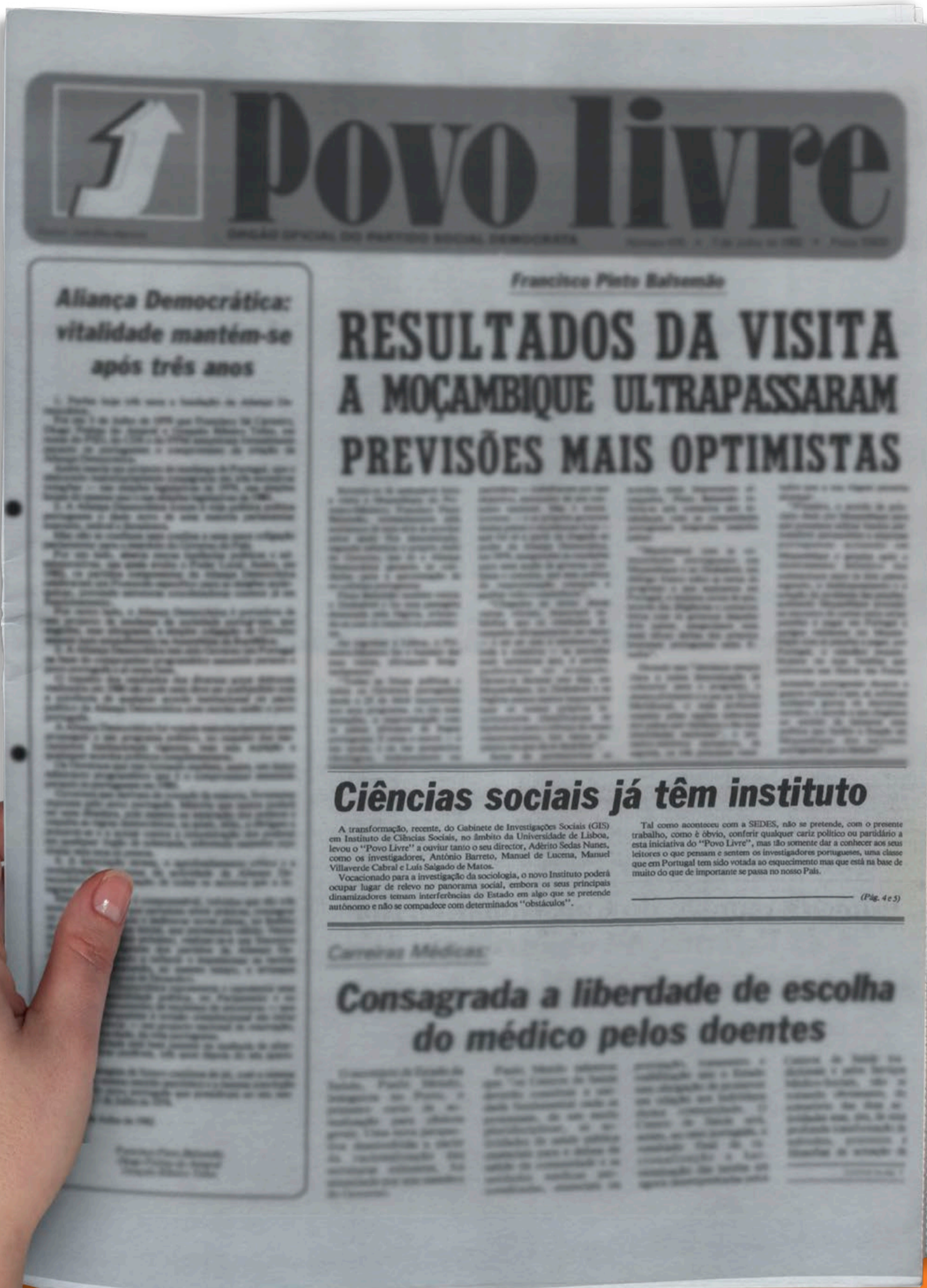
Por outro lado, considerou, o Governo na República “encontra-se gravemente afetado na sua imagem, autoridade e credibilidade”, após “mais uma lamentável encenação e crise política”.

José Prada referia-se à polémica que envolve o ministro das In-

fraestruturas, João Galamba, e o seu ex-adjunto Frederico Pinheiro, demitido há uma semana, sobre informações a prestar à Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP.







## EDIÇÃO N.º 415 do “Povo Livre” | de 7 de julho de 1982

### “Ciências sociais já têm instituto”.

O Gabinete de Investigações Sociais (GIS) dava lugar ao Instituto de Ciências Sociais, unidade de investigação da Universidade de Lisboa. O “Povo Livre” falava com o seu então diretor, Adérito Sedas Nunes, assim como com os investigadores António Barreto, Manuel de Lucena, Manuel Villaverde Cabral e Luís Salgado de Matos.



# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

## DISTRITAIS

### PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se o (a) companheiro (a) para uma Assembleia Distrital do PSD, a realizar no próximo **dia 18 de maio (quinta-feira) de 2023 pelas 21H00** na Sede Distrital, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, 17 em Portalegre com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e Aprovação do Relatório de Contas do ano 2022;
2. Análise da situação política.

## SECÇÕES

### ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 76.º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do n.º 2 do artigo 16.º do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Albergaria-a-Velha para reunir no próximo **dia 17 de junho de 2023 (sábado), entre as 14H00 e as 18H00**, na Sede Concelhia do PSD, sita na Zona Industrial de Albergaria-a-Velha, Arruamento D - Lote n.º 28, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Aveiro, ou a quem ele indicar para o substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 18H00.

### ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Alijó, para reunir, no próximo **dia 28 de maio (domingo) de 2023, pelas 17H00**, na Sede do PSD de Alijó, sita na Rua Cimo de Vila, Lote 5, Loja Esquerda, na Vila de Alijó, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política nacional;
2. Análise da situação política Local;
3. Outros assuntos.

### BRAGA

Ao abrigo do artigo 53.º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção para uma reunião ordinária, a realizar, **dia 2 de junho (sexta-feira) de 2023, pelas 21H30**, no Hotel Mercure, sita na Av. João XXI em Braga, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação das contas anuais referentes a 2022;
3. Aprovação do orçamento para 2023;
4. Análise da situação política local e nacional.

### MIRANDELA

Ao abrigo do disposto nos artigos 53.º e 54.º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Mirandela para reunir no próximo **dia 25 de maio (quinta-feira) de 2023, pelas 17H30**, na Sede local, sita no Grande Hotel D. Dinis, sita Av. Nossa Senhora do Amparo, Mirandela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Construir Mirandela 2030 – Crescimento, Sustentabilidade e Património.  
Nota: De acordo com o disposto no número 2 do artigo 69.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, a reunião da Assembleia de Secção iniciar-se-á decorridos trinta minutos com qualquer número de presenças.

### OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Assembleia de Secção de Ovar para reunir no **dia 19 de maio (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede da Secção, sita na Rua Ferreira de Castro, n.º 84, 1.º Esq, Ovar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;

Nota: Se às 21H00, não estiverem presentes a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes.

### PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir em sessão extraordinária, a realizar no próximo **dia 26 de maio (sexta-feira) de 2023, pelas 20H30**, na Sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Discussão da situação política atual.

### SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD, para a Eleição dos Órgãos de Secção. A reunião dos militantes irá realizar-se no **dia 10 de Junho de 2023 (sábado) de 2023, entre as 15H00 e as 18H00**, na Sede da Secção do PSD, sita na Avenida 1.º de Maio, n.º 26-Cave-Fração E, em Seia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: Art.º 4.º n.º 4, as listas de candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem legalmente o possa substituir, na Sede da Secção Concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

### TERRAS DO BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Terras de Bouro do PSD para reunir, no próximo **dia 17 de maio, pelas 21H00**, na Sede da Junta de Freguesia de Moimenta, na Av. Aquilino Rodrigues Pereira, n.º 121 Terras de Bouro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento da CPS de Terras de Bouro para o ano de 2023;
3. Apreciação e ratificação das contas da CPS de Terras de Bouro relativas ao ano de 2022;
4. Outros assuntos.

### VILA DO CONDE

De acordo com os Estatutos do Partido Social Democrata convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Vila do Conde para **dia 25 de maio (quinta-feira) de 2023, às 21H00** na Sede da respetiva Secção sita na Praça da República, n.º 7 Vila do Conde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação político-partidária da Secção;
2. Outros Assuntos.

### VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo **dia 24 de maio (quarta-feira) de 2023, às 21H00**, na Sede da Secção, sita na Rua Adriano Pinto Basto n.º 212, Sala 14, Vila Nova de Famalicão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Análise do Relatório e Contas de 2022, ao abrigo do art.º 56, alínea h, dos Estatutos do PSD;
3. Outros assuntos.



# CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)

## IV CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO 2022/2024

Nos termos do artigo 29.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (ENJSD), convocam-se os membros do Conselho Nacional para a terceira reunião ordinária do órgão em apreço, a ter lugar no **dia 27 de maio de 2023 (sábado), a partir das 15h00**, no Auditório da Expoeste, Rua Infante Dom Henrique 2, 2500-918 Caldas da Rainha, com a seguinte ordem de trabalho:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas da JSD, nos termos da al. l) do artigo 27.º dos ENJSD.
- 3 – Análise da situação política e balanço da atividade da Comissão Política Nacional, nos termos da al. b) do artigo 27.º e do artigo 30.º dos ENJSD.
- 4 – Apresentação, discussão e votação do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes, nos termos da al. q) do artigo 27.º dos ENJSD.
- 5 – Apresentação, discussão e votação do Regulamento Financeiro, nos termos da al. q) do artigo 27.º dos ENJSD.
- 6 – Outros assuntos.

## ERRATA

### VII CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o VII Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro do mandato 2021/2023, para reunir no próximo **dia 12 de maio de 2023 (sexta-feira), pelas 21h30m**, no Auditório da Junta de Freguesia de Maceda, sita na Rua José Francisco Godinho, n.º 50, 3885-815, Maceda com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Aprovação da proposta para Distingão de Militante Honorário;
- 3- Aprovação da ata do VI Conselho Distrital de Aveiro;
- 4- Aprovação do local, data, horário e Regulamento do VII Congresso Distrital de Aveiro;
- 5- Outros assuntos de interesse.

### CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Braga, para reunir no próximo **dia 19 de maio de 2023, pelas 21h00m**, na Escola Básica e Secundária de Cabeceiras de Basto, sito no Campo Seco - Refojos, 4860-353 Cabeceiras de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Debate temático: "Que futuro na habitação em Portugal?"
- 3 - Outros assuntos de interesse.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE  
AO PL ANTERIOR 03/05/2023

### CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Cascais para reunião no próximo **dia 17 de Maio de 2023, pelas 21:00 Horas** na sede do PSD de Cascais, sita Rua Jogo da Bola nº 27 cave-esquerdo, 2775-587 Carcavelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.

### VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, pelo presente solicitamos a V. Exas. a publicação em Povo Livre da convocatória de um Plenário Concelhio - Viana do Castelo, a realizar no próximo **dia 11 de Junho de 2023**, na sede do PSD Viana do Castelo, sita em Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, lote 1, Loja 46, 4900 479 - Viana do Castelo, das 14h as 17h com o ponto único seguinte:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário Concelhios.

Nota: as listas deverão ser entregues até ao 7.º dia anterior ao do acto eleitoral ou através dos meios eletrónicos, nomeadamente [jsd-distritalviana@hotmail.com](mailto:jsd-distritalviana@hotmail.com)